

Saúde mental na atenção primária: estratégias de cuidado e desafios enfrentados nas unidades básicas de saúde

Mental health in primary care: care strategies and challenges faced in basic health units

Jamilly Karoliny da Silva Miranda¹

Dilaene Oliveira Martins²

Mariele Carla Santos Da Silva³

Luis Fernando Espíndola Brito⁴

Patricia Do Socorro Luz Espindola⁵

Silvana dos Santos Cardoso⁶

RESUMO: A saúde mental na Atenção Primária à Saúde representa um importante instrumento para a promoção do cuidado integral e para a ampliação do acesso aos serviços de saúde. **Objetivo:** descrever as estratégias de cuidado em saúde mental e os desafios enfrentados pelas equipes de Enfermagem nas Unidades Básicas de Saúde. **Metodologia:** trata-se de uma revisão integrativa da literatura, de abordagem qualitativa, desenvolvida por meio da análise de produções científicas selecionadas em bases de dados relevantes, seguida da categorização temática dos achados. **Resultados:** os estudos evidenciaram que a Atenção Primária possui papel estratégico na organização do cuidado em saúde mental, destacando-se práticas como grupos terapêuticos, ações educativas e apoio matricial, que favorecem o fortalecimento do vínculo entre profissionais e usuários, além da promoção da integralidade do cuidado. Entretanto, também foram identificados desafios relacionados à sobrecarga de trabalho, insuficiência de recursos humanos, limitações estruturais e fragilidades na formação profissional, fatores que dificultam a efetividade das ações desenvolvidas. **Conclusão:** apesar dos avanços observados na inserção da saúde mental na Atenção Primária, ainda são necessários investimentos na qualificação das equipes, no fortalecimento da rede de atenção e na consolidação de práticas psicossociais, visando garantir um cuidado mais humanizado, resolutivo e centrado nas necessidades dos usuários.

Palavras-Chave: Saúde mental; Atenção Primária à Saúde; Enfermagem; Estratégias de cuidado; Sistema Único de Saúde.

¹ Professora orientadora da Instituição é UNIPLAN-Campus Bragança

² UNIPLAN – Bragança – Pará – Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0000-0000-0000>

³ UNIPLAN – Bragança – Pará – Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-3463-3101>

⁴ UNIPLAN – Bragança – Pará – Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-7958-6303>

⁵ UNIPLAN – Bragança – Pará – Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-5918-9613>

⁶ UNIPLAN – Bragança – Pará – Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-3677-8466>

ABSTRACT: Mental health in Primary Health Care represents an important strategy for promoting comprehensive care and expanding access to health services. **Objective:** to describe mental health care strategies and the challenges faced by Nursing teams in Basic Health Units. **Methodology:** this is an integrative literature review with a qualitative approach, developed through the analysis of scientific publications selected from relevant databases, followed by thematic categorization of the findings. **Results:** the studies showed that Primary Health Care plays a strategic role in organizing mental health care, highlighting practices such as therapeutic groups, educational actions, and matrix support, which contribute to strengthening the bond between professionals and users, as well as promoting comprehensive care. However, significant challenges were also identified, including work overload, shortage of human resources, structural limitations, and weaknesses in professional training, factors that directly affect the effectiveness of the actions developed. **Conclusion:** despite the progress observed in the inclusion of mental health in Primary Health Care, investments are still needed in team qualification, strengthening of the health care network, and consolidation of psychosocial practices in order to ensure more effective, humanized, and user-centered care.

Keywords: Mental health; Primary Health Care; Nursing; Care strategies; Unified Health System.

1 Introdução

A saúde mental configura-se como um dos principais desafios da saúde pública contemporânea, sendo sua inserção qualificada na Atenção Primária à Saúde (APS) essencial para a ampliação do acesso e o fortalecimento da integralidade do cuidado. Nesse contexto, a APS destaca-se como a principal porta de entrada do sistema de saúde, assumindo papel estratégico na identificação precoce, acompanhamento e manejo dos transtornos mentais na comunidade.

No Brasil, estima-se que aproximadamente 12 milhões de pessoas convivam com transtornos mentais comuns, sendo que mais de 60% desses casos são acompanhados no âmbito da Atenção Primária à Saúde (Brasil, 2024). Em nível global, a Organização Mundial da Saúde aponta que uma em cada oito pessoas vive com algum transtorno mental, totalizando cerca de 970 milhões de indivíduos, o que evidencia a magnitude e a relevância dessa problemática (Souza; Lima; Santos, 2025).

Esse cenário foi intensificado durante e após a pandemia de COVID-19, período no qual houve um aumento expressivo dos agravos relacionados à saúde mental. Dados indicam que 86% da população apresentou sintomas de ansiedade durante o período

pandêmico, reforçando a urgência da implementação de políticas públicas eficazes voltadas à promoção e ao cuidado em saúde mental (Lima, 2022).

A integração das ações de saúde mental na APS mostra-se estratégica por favorecer o cuidado contínuo, territorializado e centrado no usuário, além de possibilitar a construção de vínculos entre profissionais e comunidade (Pinto, 2023). No entanto, diversos desafios ainda comprometem a efetividade desse cuidado, como a alta demanda por atendimentos, a escassez de recursos humanos, limitações estruturais nas unidades de saúde e fragilidades na formação e capacitação permanente dos profissionais (Carvalho, 2022).

Apesar dessas limitações, observa-se o desenvolvimento de experiências exitosas no âmbito da APS, como a realização de grupos comunitários, práticas interdisciplinares e ações educativas em saúde, que demonstram potencial para a promoção do cuidado integral e o fortalecimento dos vínculos com o território. Contudo, tais iniciativas ainda carecem de sistematização e apoio institucional, o que dificulta sua consolidação como práticas permanentes e sustentáveis (Franco *et al.*, 2024).

Essa problemática evidencia a necessidade de compreender os fatores que dificultam a integração da saúde mental na APS e de identificar como as práticas de Enfermagem podem contribuir para aprimorar a qualidade do cuidado oferecido.

Além disso, compreender essas limitações e potencialidades permite apontar caminhos para fortalecer o processo de trabalho das equipes, qualificar o manejo clínico e ampliar a resolutividade das UBS, consolidando a atenção territorial e o cuidado integral como princípios fundamentais do SUS.

A relevância desta pesquisa está relacionada ao aumento significativo dos transtornos mentais comuns no Brasil, especialmente diante de situações de vulnerabilidade social e crises sanitárias, como a pandemia de Covid-19.

Compreender as estratégias adotadas pelas UBS e os obstáculos enfrentados pelas equipes é essencial para aprimorar a organização dos serviços, fortalecer práticas interdisciplinares e promover o acesso a um cuidado integral.

Além disso, o estudo contribui para a construção de políticas públicas mais eficazes, oferecendo subsídios para capacitação profissional e melhoria da qualidade da atenção em saúde mental na APS.

Diante desse contexto, este estudo tem como objetivo descrever como as equipes de Enfermagem organizam, implementam e enfrentam os desafios relacionados ao desenvolvimento das ações de saúde mental na Atenção Primária à Saúde. Parte-se da hipótese de que, embora existam iniciativas exitosas, barreiras assistenciais e gerenciais ainda limitam a efetividade do cuidado ofertado nas Unidades Básicas de Saúde.

2 Revisão da Literatura

2.1 Saúde mental na atenção primária

A saúde mental no Brasil passou por profundas transformações nas últimas décadas, especialmente com a Reforma Psiquiátrica, que impulsionou a substituição do modelo hospitalocêntrico por uma lógica comunitária, territorial e baseada nos direitos humanos (Souza; Lima; Santos, 2025).

A Lei nº 10.216/2001 consolidou esse movimento ao reafirmar a proteção, a dignidade e o cuidado em liberdade às pessoas com sofrimento psíquico (Amarante, 2022). A partir dessas mudanças, surgiu a necessidade de reorganização dos serviços e da criação de dispositivos que sustentassem o cuidado psicossocial, culminando na formulação da Política Nacional de Saúde Mental e na implantação da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), oficializada pela Portaria nº 3.088/2011 como estratégia para ampliar o acesso e fortalecer a integralidade da assistência.

A RAPS estrutura-se por meio da articulação entre diferentes pontos de atenção, como os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), os serviços residenciais terapêuticos e a Atenção Primária à Saúde (APS), garantindo continuidade do cuidado e suporte às famílias (Campos, 2021).

A APS, especialmente via Estratégia Saúde da Família, configura-se como primeira porta de entrada do usuário, atuando na prevenção, na identificação precoce de transtornos mentais e no manejo inicial das demandas psicossociais (Gryschek; Pinto, 2023). Essa perspectiva reforça que o sofrimento psíquico deve ser reconhecido no território, considerando singularidades sociais e culturais, dimensão essencial ao modelo psicossocial (Yasui, 2020).

Nesse processo, o enfermeiro ocupa papel estratégico ao realizar acolhimento, escuta qualificada, manejo clínico do risco, acompanhamento longitudinal e promoção de práticas educativas que fortalecem vínculos e favorecem a reinserção comunitária (Souza; Lima; Santos, 2025). Sua atuação na APS requer competências que abrangem desde a identificação de sinais de sofrimento psíquico até o trabalho interprofissional com apoio matricial em saúde mental (Campos, 2021).

2.2 Desafios encontrados na APS na abordagem da saúde mental

A literatura aponta que o fortalecimento da APS como ponto de cuidado em saúde mental depende da capacidade das equipes em reconhecer vulnerabilidades e ofertar intervenções oportunas, estudos demonstram que práticas colaborativas entre médicos, enfermeiros, psicólogos e agentes comunitários ampliam a resolutividade dos serviços, especialmente para transtornos mentais comuns (Pinto; Vieira, 2021).

Entretanto, persistem desafios significativos, como insuficiência de recursos materiais, elevada carga de trabalho e lacunas na formação dos profissionais para lidar com demandas complexas (Silva *et al.*, 2022).

Outro elemento amplamente discutido refere-se à institucionalização de práticas exitosas realizadas no território. Grupos de apoio, oficinas terapêuticas e ações comunitárias têm mostrado impacto positivo na redução do isolamento social, no fortalecimento emocional e na promoção da autonomia (Franco *et al.*, 2024).

Contudo, a continuidade dessas iniciativas depende do compromisso da gestão local, planejamento adequado e integração entre os serviços da rede (Queiroz *et al.*, 2023). Embora a RAPS represente um avanço na política pública de saúde mental, sua efetividade ainda é limitada por desigualdades regionais e fragilidades estruturais. Estudos apontam problemas como insuficiência de CAPS em municípios pequenos, dificuldade de comunicação entre serviços, escassez de profissionais especializados e falta de financiamento adequado (Nunes *et al.*, 2022).

Além disso, a sobrecarga da APS, associada à rotatividade de profissionais, interfere na continuidade do cuidado, dificultando a articulação intersetorial e a implementação

plena do modelo psicossocial (Ribeiro; Delgado, 2020). Dessa forma, embora a RAPS tenha ampliado o acesso e promovido avanços importantes, sua consolidação depende de investimentos estruturais, gestão qualificada e estratégias permanentes de formação.

A qualificação profissional é apontada como um dos pilares para o fortalecimento da RAPS e da APS. A Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS) orienta que a formação ocorra no cotidiano do trabalho e de forma contínua, favorecendo o desenvolvimento de competências necessárias ao cuidado psicossocial (Brasil, 2021).

Autores como Ceccim (2021) destacam que a educação permanente permite refletir sobre práticas, ressignificar saberes e aprimorar o manejo clínico e relacional das equipes.

Nesse sentido, investir na formação contínua é determinante para melhorar a capacidade de acolhimento, a qualidade das intervenções e a articulação interdisciplinar, contribuindo diretamente para a efetividade da RAPS e da atenção à saúde mental.

Assim, a produção científica evidencia que consolidar o cuidado em saúde mental no âmbito da APS implica superar desafios históricos, fortalecer políticas públicas inclusivas, valorizar a atuação da Enfermagem e aprimorar a capacidade resolutiva da RAPS (Franco *et al.*, 2024).

A integração entre os serviços e o compromisso das equipes têm potencial para transformar o cenário atual, promovendo cuidado humanizado, prevenção de agravos e melhorias na qualidade de vida das pessoas com transtornos mentais, reafirmando os princípios do SUS e os direitos humanos como orientadores das práticas em saúde (Souza; Lima; Santos, 2025).

3 Metodologia

O presente estudo caracteriza-se como revisão integrativa da literatura, metodologia que permite sintetizar, descrever e organizar o conhecimento existente sobre um tema específico, possibilitando identificar lacunas, consolidar evidências científicas e subsidiar práticas de saúde. A revisão integrativa é particularmente adequada para pesquisas na área da saúde, pois permite a compreensão ampla de fenômenos complexos, reunindo diferentes tipos de estudos e experiências reportadas em diversos contextos.

A análise qualitativa dos dados será realizada com base na técnica de Análise de Conteúdo proposta por Bardin (2016), seguindo etapas sistemáticas que permitirão a identificação, organização e interpretação dos sentidos presentes nas informações coletadas. Para garantir uniformidade metodológica, todos os procedimentos serão conduzidos utilizando verbos no futuro, assegurando clareza e padronização na descrição das etapas da pesquisa.

Os resultados serão sistematizados por meio de quadros, tabelas e categorias analíticas, de modo a facilitar a visualização, a comparação e a compreensão dos achados, permitindo uma interpretação mais consistente e alinhada aos objetivos do estudo. A coleta de dados bibliográficos será realizada por meio de pesquisas em bases nacionais e internacionais, como SciELO, LILACS, PubMed, Google Scholar, repositórios de universidades federais e periódicos especializados em atenção primária e saúde coletiva, no período de maio a julho de 2025.

Para a busca e seleção dos estudos, serão utilizados descritores e palavras-chave como “saúde mental”, “atenção primária à saúde”, “estratégias de cuidado”, “desafios”, “unidades básicas de saúde” e “promoção da saúde mental”, combinados por operadores booleanos (“AND” e “OR”) para garantir abrangência e precisão. A estratégia de busca será adaptada a cada base de dados, respeitando suas especificidades, e os resultados serão organizados para triagem e análise.

Serão adotados critérios de inclusão: (i) artigos, dissertações, monografias e capítulos de livros publicados entre 2021 e 2025; (ii) publicações em português, inglês ou espanhol; (iii) estudos que abordem diretamente a integração da saúde mental na APS, estratégias de cuidado, experiências de profissionais ou desafios enfrentados nas UBS; (iv) trabalhos com relatos de experiência, revisão bibliográfica, estudos de caso ou pesquisas de campo; e (v) documentos de acesso completo, permitindo análise detalhada.

Os critérios de exclusão incluirão: (i) publicações anteriores a 2021; (ii) materiais que não abordem especificamente atenção primária ou saúde mental; (iii) artigos de opinião ou editoriais sem fundamentação científica; (iv) estudos sem dados suficientes ou duplicados; e (v) textos indisponíveis na íntegra.

Após a busca inicial, os registros serão submetidos a triagem por título e resumo, seguida de leitura integral dos estudos que atendam aos critérios de inclusão. O processo de

seleção seguirá etapas adaptadas do PRISMA (Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses): identificação, triagem, elegibilidade e inclusão final.

A extração de dados incluirá informações sobre ano de publicação, tipo de estudo, objetivos, população ou cenário analisado, estratégias de cuidado em saúde mental, desafios relatados, resultados observados e recomendações propostas. Esses dados serão organizados de forma padronizada, permitindo síntese e categorização temática.

4 Resultados e Discussão

A presente seção de discussão fundamenta-se na análise de 22 estudos selecionados, incluindo livros, artigos científicos, legislações e documentos institucionais, que abordam a saúde mental na Atenção Primária à Saúde (APS). Esses estudos possibilitaram uma compreensão ampliada sobre as estratégias de cuidado adotadas nas Unidades Básicas de Saúde, bem como os principais desafios enfrentados pelos profissionais e serviços. A partir dessa base teórica, a discussão busca articular diferentes perspectivas da literatura, identificando convergências e divergências entre os autores, além de refletir criticamente sobre a efetivação das políticas públicas e práticas assistenciais no contexto da atenção psicossocial.

Dessa forma, a discussão sobre a saúde mental na Atenção Primária à Saúde (APS) evidencia avanços importantes no campo psicossocial, mas também revela limites estruturais e operacionais que ainda dificultam a efetivação de um cuidado integral nas Unidades Básicas de Saúde (UBS). A partir da análise dos estudos selecionados, observa-se que a consolidação desse modelo está diretamente relacionada à implementação de políticas públicas, à organização dos serviços e à qualificação das equipes.

Os estudos analisados evidenciam que a Atenção Primária à Saúde constitui um espaço estratégico para o desenvolvimento das ações em saúde mental, especialmente por seu caráter territorial, longitudinal e de proximidade com os usuários. Nesse sentido, a consolidação da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), instituída pela Portaria nº 3.088/2011, representa um avanço na organização do cuidado, ao propor a integração entre os diferentes níveis de atenção (BRASIL, 2021).

Sob a perspectiva teórica, Amarante (2022) e Yasui (2020) defendem que o cuidado em saúde mental deve estar fundamentado no modelo psicossocial, centrado na subjetividade do usuário, na autonomia e na inclusão social. Essa abordagem requer práticas que ultrapassem o modelo biomédico tradicional, incorporando estratégias como escuta qualificada, construção de projetos terapêuticos singulares e atuação interdisciplinar. Contudo, na prática cotidiana das UBS, esses princípios nem sempre são plenamente aplicados.

Diversos estudos apontam desafios enfrentados pelos profissionais da APS. Carvalho (2022) evidenciam a sobrecarga de trabalho, a escassez de recursos humanos e a falta de capacitação específica como fatores que comprometem a qualidade do cuidado em saúde mental. De forma semelhante, Lima (2022) destaca que muitos profissionais ainda se sentem inseguros para lidar com demandas psíquicas, o que resulta em encaminhamentos excessivos para níveis especializados, fragilizando a resolatividade da APS.

Além disso, Silva *et al.* (2022) ressalta que a baixa integração entre os serviços da RAPS e a APS dificulta a continuidade do cuidado, gerando fragmentação na assistência. Essa problemática também é discutida por Queiroz *et al.* (2023), que aponta a necessidade de fortalecer os fluxos de referência e contrarreferência entre os diferentes pontos da rede.

Por outro lado, estratégias de cuidado têm se mostrado eficazes quando bem implementadas. Campos (2021) enfatiza o apoio matricial como uma ferramenta fundamental para qualificar as equipes da APS, promovendo a troca de saberes entre profissionais especializados e generalistas. Nesse mesmo sentido, Gryscek e Pinto (2023) destacam que o trabalho colaborativo e interdisciplinar contribui para ampliar a capacidade de cuidado das equipes de Saúde da Família.

As práticas grupais e comunitárias também se configuram como importantes estratégias de intervenção. Franco *et al.* (2024) evidenciam que grupos terapêuticos e de apoio favorecem o fortalecimento de vínculos, a troca de experiências e a promoção do cuidado coletivo. Essas ações estão alinhadas com a perspectiva da clínica ampliada e do cuidado centrado no território.

Entretanto, fatores externos também impactam significativamente a saúde mental da população e a capacidade de resposta dos serviços. Lima (2022) destaca os efeitos da pandemia de COVID-19, que intensificaram o sofrimento psíquico e aumentaram a demanda

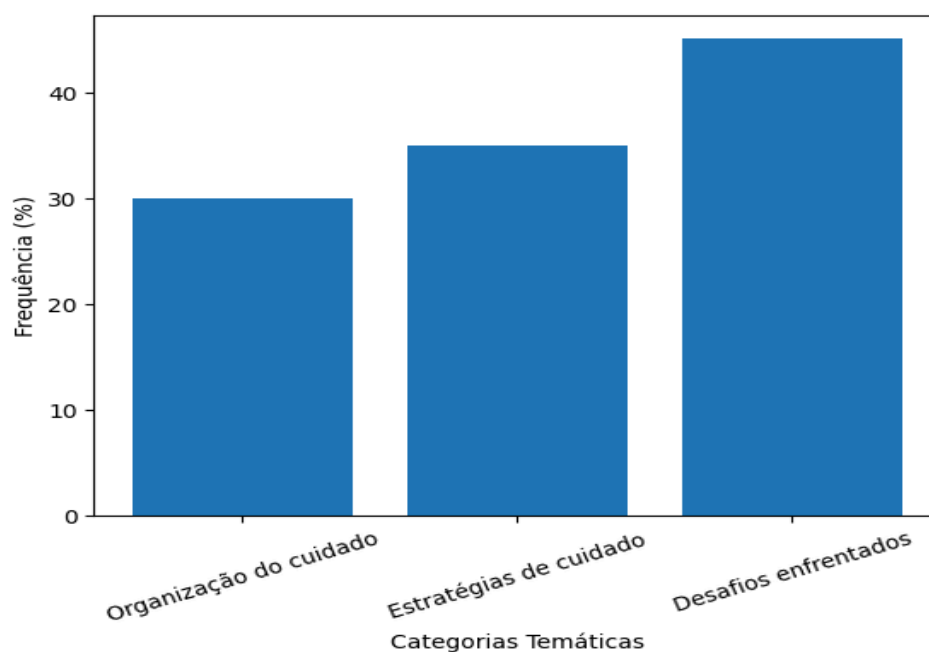
por atendimento nos serviços de saúde. Esse cenário evidenciou ainda mais a necessidade de fortalecer a APS como espaço estratégico para o cuidado em saúde mental.

Estudos mais recentes, como Souza *et al.* (2025) e Souza, Lima e Santos (2025), reforçam que os desafios persistem, especialmente no que se refere à gestão dos serviços, à articulação intersetorial e à implementação de políticas públicas efetivas. Os autores destacam que, apesar dos avanços normativos, ainda há dificuldades na operacionalização das diretrizes no cotidiano das UBS.

Dessa forma, a análise dos estudos evidencia que a saúde mental na Atenção Primária à Saúde se configura como um campo em construção, marcado por avanços importantes, mas também por desafios significativos. A efetivação de um cuidado integral exige investimentos na formação profissional, no fortalecimento das redes de atenção, na ampliação de recursos e na valorização de práticas psicossociais que considerem o sujeito em sua integralidade.

Entretanto, apesar dos avanços normativos, a efetivação dessa rede ainda ocorre de forma fragmentada. Queiroz *et al.* (2023) destacam que a articulação entre a APS e os demais pontos da RAPS, como os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), ainda apresenta fragilidades, comprometendo a continuidade do cuidado.

Gráfico 1- Distribuição dos achados da revisão integrativa



Fonte: Elaboração autores, com base Carvalho, 2022

O gráfico 1 evidencia a predominância dos desafios enfrentados na Atenção Primária à Saúde (APS) em relação à organização do cuidado e às estratégias desenvolvidas, indicando que, embora existam avanços na implementação de práticas em saúde mental, ainda persistem entraves significativos que comprometem a efetividade da assistência.

Esse achado está em consonância com a literatura, uma vez que estudos apontam que a alta demanda, a escassez de recursos humanos e as limitações estruturais impactam diretamente na resolutividade das ações (Carvalho, 2022). Ao mesmo tempo, observa-se que as estratégias de cuidado, como grupos terapêuticos e práticas interdisciplinares, vêm sendo progressivamente incorporadas, contribuindo para o fortalecimento do vínculo e da integralidade do cuidado (Franco *et al.*, 2024).

No entanto, a organização do cuidado ainda apresenta fragilidades, especialmente no que se refere à articulação da Rede de Atenção Psicossocial, o que dificulta a continuidade assistencial (Queiroz *et al.*, 2023). Dessa forma, o gráfico sintetiza a necessidade de fortalecimento das políticas públicas e da qualificação profissional, em consonância com os princípios da reforma psiquiátrica, que defendem um modelo de cuidado centrado no sujeito e em seu contexto social (Amarante, 2022).

Corroborando essa análise, Gryscek e Pinto (2023) apontam que muitas equipes da Estratégia Saúde da Família ainda apresentam dificuldades na incorporação das ações de saúde mental em sua rotina assistencial.

Sob a perspectiva da reforma psiquiátrica, autores como Amarante (2022) e Yasui (2020) reforçam que o cuidado em saúde mental deve ser pautado em práticas psicossociais, centradas no sujeito e em seu contexto de vida, o que exige uma mudança no modelo biomédico tradicional. No entanto, Silva *et al.* (2022) e Carvalho (2022) evidenciam que ainda há predominância de práticas centradas na medicalização e no encaminhamento, indicando limitações na consolidação de um modelo de cuidado integral.

No que se refere às estratégias de cuidado, os estudos demonstram a adoção de práticas diversificadas que buscam ampliar a resolutividade da APS. Entre essas estratégias, destacam-se os grupos terapêuticos, as ações educativas em saúde e o apoio matricial. Os grupos comunitários têm se mostrado ferramentas relevantes para o fortalecimento do vínculo e para a promoção da saúde mental.

Franco *et al.* (2024) evidenciam que esses espaços favorecem a escuta qualificada, o compartilhamento de experiências e a construção de redes de apoio entre os usuários. De forma complementar, Pinto e Vieira (2021) ressaltam que práticas coletivas contribuem para a desmedicalização do cuidado e para a valorização da dimensão subjetiva do sofrimento psíquico. O apoio matricial, por sua vez, é apontado como uma estratégia fundamental para qualificar o cuidado em saúde mental na APS.

Segundo Campos (2021), essa prática possibilita a construção de um cuidado compartilhado entre equipes, promovendo a interdisciplinaridade e ampliando a capacidade resolutiva dos serviços. Essa perspectiva é reforçada por Souza, Lima e Santos (2025), ao destacarem que o suporte técnico-pedagógico contribui para maior segurança dos profissionais na condução dos casos. Além disso, ações educativas e de promoção da saúde têm sido utilizadas como estratégias para prevenção de agravos e fortalecimento da autonomia dos usuários. Lima (2022) enfatiza que tais ações são essenciais, especialmente no contexto pós-pandêmico, marcado pelo aumento das demandas em saúde mental.

Apesar das estratégias identificadas, os estudos apontam diversos desafios que limitam a efetividade do cuidado em saúde mental na Atenção Primária. Entre os principais entraves, destacam-se a sobrecarga de trabalho, a insuficiência de profissionais capacitados e as limitações estruturais das unidades de saúde.

Silva *et al.* (2022) evidencia que a alta demanda por atendimentos e a escassez de recursos humanos dificultam a realização de ações mais qualificadas, levando muitas vezes à priorização de atendimentos pontuais e medicalizantes. Nesse mesmo sentido, Carvalho (2022) destaca a fragilidade na formação dos profissionais para lidar com questões relacionadas à saúde mental, o que gera insegurança e limita a atuação das equipes.

Outro desafio relevante refere-se à fragilidade na articulação da rede de atenção. Queiroz *et al.* (2023) apontam dificuldades na referência e contrarreferência entre os serviços, o que compromete a continuidade do cuidado. Souza, Lima e Santos (2025) reforçam que problemas na gestão e na comunicação entre os níveis de atenção impactam diretamente na qualidade da assistência ofertada.

Adicionalmente, aspectos relacionados ao estigma e à invisibilidade do sofrimento psíquico também são apontados como barreiras importantes. Amarante (2022) destaca que o preconceito ainda presente na sociedade e nos serviços de saúde interfere negativamente

no acesso e na qualidade do cuidado. Por outro lado, mesmo diante dessas limitações, os estudos evidenciam a potência das práticas desenvolvidas na APS, especialmente quando há investimento em educação permanente, fortalecimento do trabalho em equipe e apoio institucional.

5 Considerações Finais

O presente estudo permitiu descrever como as equipes de Enfermagem organizam, implementam e enfrentam os desafios relacionados às ações de saúde mental na Atenção Primária à Saúde, evidenciando que esse nível de atenção ocupa posição estratégica na consolidação do cuidado psicossocial no âmbito do Sistema Único de Saúde. De modo geral, os achados indicam que, embora existam avanços na incorporação da saúde mental na rotina das Unidades Básicas de Saúde, ainda persistem limitações que comprometem a efetividade e a integralidade da assistência.

Observou-se que a organização do cuidado em saúde mental ainda ocorre de forma heterogênea, com fragilidades na articulação entre os pontos da Rede de Atenção Psicossocial, dificultando a continuidade do cuidado e o acompanhamento longitudinal dos usuários, além disso, verificou-se a permanência de práticas centradas no modelo biomédico, em detrimento de abordagens psicossociais mais abrangentes, o que vai de encontro aos pressupostos da reforma psiquiátrica brasileira.

No que se refere às estratégias de cuidado, destacam-se iniciativas como grupos terapêuticos, ações educativas e práticas interdisciplinares, que demonstram potencial para promover o cuidado integral, fortalecer vínculos e ampliar a autonomia dos usuários. tais estratégias evidenciam a capacidade da APS em desenvolver práticas inovadoras e resolutivas, especialmente quando há apoio institucional e integração entre as equipes.

Entretanto, os desafios enfrentados pelas equipes, especialmente pela Enfermagem, ainda são expressivos, incluindo sobrecarga de trabalho, insuficiência de recursos humanos, limitações estruturais e fragilidades na formação profissional para o manejo das demandas em saúde mental, esses fatores impactam diretamente na qualidade da assistência e reforçam a necessidade de investimentos em educação permanente, gestão do trabalho e fortalecimento das políticas públicas.

Dessa forma, conclui-se que, embora existam avanços significativos, a efetivação de um cuidado em saúde mental integral e resolutivo na Atenção Primária ainda demanda esforços contínuos, especialmente no que se refere à qualificação profissional, à consolidação da RAPS e ao fortalecimento de práticas psicossociais, o estudo responde ao objetivo proposto ao evidenciar que as equipes de Enfermagem desempenham papel central nesse processo, mas enfrentam barreiras que limitam sua atuação, indicando a necessidade de estratégias que promovam melhores condições de trabalho e ampliem a capacidade de cuidado no território.

Referências

AMARANTE, Paulo. **Saúde mental e atenção psicossocial**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2022. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br>. Acesso em: 01 jun. 2026.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 1. ed. São Paulo: Edições 70, 2016. Disponível em: <https://edicoes70.pt/produto/analise-de-conteudo/>. Acesso em: 01 jun. 2026.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Saúde Mental**: informações e indicadores. Brasília, DF, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/s/saude-mental>. Acesso em: 01 jun. 2026.

BRASIL. Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001. **Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental**. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 2001. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10216.htm. Acesso em: 01 jun. 2026.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Rede de Atenção Psicossocial (RAPS)**. Brasília, DF, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/saes/desmad/raps>. Acesso em: 01 jun. 2026.

CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa. **Apoio matricial e práticas colaborativas em saúde**. São Paulo: Hucitec, 2021. Disponível em: <https://www.huciteceditora.com.br>. Acesso em: 01 jun. 2026.

CARVALHO, Maria Aparecida. **Desafios da atenção em saúde mental na APS**. Revista Brasileira de Saúde Pública, São Paulo, v. 2, n. 3, p. 45-58, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br>. Acesso em: 01 jun. 2026.

CARVALHO, Danielle Alves de. **Desafios da saúde mental na atenção básica**. 2022. Monografia (Especialização em Atenção Básica em Saúde da Família) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2022. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/BUBD-9D6E8P>. Acesso em: 01 jun. 2026.

FRANCO, Juliana Cristina et al. **Práticas comunitárias e grupos terapêuticos na atenção primária**. Revista Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, p. 215-228, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/>. Acesso em: 01 jun. 2026.

FRANCO, R. S.; SABINO, E. S. J.; BARROS, A. C. de T.; MESADRI, I. R.; SANTOS, M. R. dos; BORBA, N. A. **Vivência de grupo de apoio em saúde mental na atenção primária: um relato de experiência**. Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade, v. 19, n. 46, 2024. Disponível em: <https://rbmfc.org.br/rbmfc/article/view/3901>. Acesso em: 01 jun. 2026.

GRYSHECK, Guilherme; PINTO, Adriana Avanzi Marques. **Saúde Mental: como as equipes de Saúde da Família podem integrar esse cuidado na Atenção Básica?** Ciência & Saúde Coletiva, v. 20, n. 10, p. 3255-3262, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/csc/2023.v20n10/3255-3262/pt/>. Acesso em: 01 jun. 2026.

GRYSHECK, Ana Luiza C.; PINTO, Angela Maria. **Saúde mental na atenção primária: desafios e perspectivas**. Revista de Saúde Coletiva, São Paulo, v. 33, n. 1, p. 102-116, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br>. Acesso em: 01 jun. 2026.

LIMA, Clarissa Beatriz Gomes de. **O cuidado em saúde mental na atenção básica: uma revisão de literatura sobre desafios e possibilidades na perspectiva dos trabalhadores das Unidades Básicas de Saúde**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://pantheon.ufjf.br/handle/11422/21162>. Acesso em: 01 jun. 2026.

LIMA, Andréia S. **Impactos da pandemia na saúde mental da população brasileira**. Revista Pan-Americana de Saúde Pública, Brasília, DF, v. 48, p. 1-10, 2022. Disponível em: <https://journal.paho.org/pt>. Acesso em: 01 jun. 2026.

PINTO DA SILVEIRA, Daniele; VIEIRA, Ana Luiza Stiebler. **Saúde mental e atenção básica em saúde: análise de uma experiência no nível local**. Ciência & Saúde Coletiva, v. 14, n. 1, p. 139-148, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.org/pdf/csc/2021.v14n1/139-148/pt/>. Acesso em: 01 jun. 2026.

QUEIROZ, Claudiceia Nair de; AMORIM, Samuel Ilo Fernandes de; CARVALHO, Emanuela Luiza Souza de; LIMA, Maria Alanna Carvalho; BEZERRA, Antônia Karinne Ribeiro. **Cuidado em saúde mental na Atenção Primária à Saúde: estratégias e desafios para os profissionais**. In: OLIVEIRA, Bianca Tavares de; LAVOR, Francisco Ivo Gomes de; MELO, João Gabriel Almeida de et al. (org.). Pesquisa multidisciplinar em saúde: o protagonismo acadêmico em evidência. Belém: RFB Editora, 2023. Disponível em:

https://www.rfbeditora.com/files/ugd/baca0d_6858b27a40ea46c3aa5442dd62a8b2aa.pdf. Acesso em: 01 jun. 2026.

QUEIROZ, Daniela et al. **Integração da RAPS com a APS**: revisão narrativa. Revista Interface: Comunicação, Saúde, Educação, Botucatu, v. 27, p. 1-14, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/>. Acesso em: 01 jun. 2026.

SILVA, Patrícia Francielle da et al. **Saúde mental na Atenção Primária**: desafios para a resolutividade das ações. Escola Anna Nery, v. 23, n. 2, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ean/a/wrXD8RKChfjKjcJVhzMscQR/?lang=pt>. Acesso em: 01 jun. 2026.

SILVA, Rosana et al. **Atenção primária e saúde mental**: análise dos serviços no SUS. Saúde em Debate, Rio de Janeiro, v. 43, n. 124, p. 577-588, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/>. Acesso em: 01 jun. 2026.

SOUZA, Kethlim Giovana de Lima; LIMA, Antonio Moacir de Jesus; SANTOS, Alaneir de Fátima dos. **Saúde mental e atenção primária**: percepção dos coordenadores da Atenção Primária à Saúde sobre as estratégias e desafios. Revista Foco, v. 18, n. 3, 2025. Disponível em: <https://ojs.focopublicacoes.com.br/foco/article/view/8046>. Acesso em: 01 jun. 2026.

SOUZA, Thiago; LIMA, Carlos; SANTOS, Elisângela. **Saúde mental na APS**: desafios para a gestão e o cuidado. Revista Brasileira de Enfermagem, Brasília, DF, v. 78, n. 1, p. 1-12, 2025. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reben/>. Acesso em: 01 jun. 2026.

YASUI, Silvio. **Clínica e cuidado psicossocial**. São Paulo: Hucitec, 2020. Disponível em: <https://www.huciteceditora.com.br>. Acesso em: 01 jun. 2026.